**O NOVO TESTAMENTO, JESUS, A LEI E OS PROFETAS**

Pr. Albino Marks

**“Não vim revogar”.** *“Não pensem que vim revogar a Lei (nómon) ou os Profetas; não vim revogar, mas para cumprir”* (Mt 5:17, NAA).

Na declaração de Jesus: *“Não pensem que vim revogar a lei (nómon) ou os profetas”,* há duas questões importantes que precisam ser consideradas para a sua correta compreensão: o que Jesus disse quando declarou que não veio revogar nem a lei nem os profetas? A que lei está se referindo e o que está dizendo com as palavras: os profetas?

Lendo Mateus cinco, por desconsiderar a maneira de os evangelistas designar a palavra: “torah”, no hebraico, pela palavra “nómos”, no grego, lei, no português, e as leis que compõem o todo da “torah”, pela palavra “entolé”, mandamento, no português, fazemos interpretações equivocadas.

Normalmente a palavra: “nómos”, lei, expressa o significado amplo, designando o Pentateuco e muitas vezes toda a Escritura existente, mas pode também referir a conjuntos restritos; a palavra “profetas”, é uma referência habitual ao restante de toda a Escritura, que, no entanto, assim como, a “torah”, no hebraico, e, “nómos”, no grego, pode também designar a Escritura toda do Velho Testamento.

Quando estes aspectos não são considerados, limitamos a compreensão do argumento de Jesus quando declarou: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), ou os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nomon), um i nem um ponto do i, sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt. 5:17, 18, TEB).

Jesus declarou que não veio para suprimir, revogar, a lei ou os profetas, mas cumprir. O que Jesus realmente está dizendo com esta declaração?

A interpretação imediata do argumento de Jesus é que Ele veio cumprir, praticar, a lei moral em todos os seus preceitos, e não abolir ou suprimir. A interpretação se fundamenta na continuidade da argumentação, Jesus citando dois mandamentos da lei moral.

**“Nómos” e “entolé” em Mateus 5.** No entanto, antes e depois de citar os dois preceitos da lei moral, Jesus fez declarações que merecem análise.

Assim que faz a declaração, fala sobre a vigência da lei e o seu ensino correto e errado. Em Mateus 5:18, Jesus afirma que *“até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei (nomon), até que tudo se cumpra”,* para no verso 19 dizer: *“aquele, pois, que desrespeitar um destes mandamentos (entolon), Ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazer o mesmo [...]”* (NAA).

Nesta declaração, Jesus estabeleceu a mesma distinção entre “nómos”, lei, e “entolé”, mandamento, que analisamos nos diálogos entre Ele e os mestres da lei. “Nomos”, é a “torah” toda; “entolé”, é um conjunto de leis, um mandamento dentro da legislação toda.

Outro detalhe importante no verso 18: Jesus refere à lei, “nómon”, e omite *“os profetas”.* Usa somente a palavra “nómon”, lei, referindo a toda a Escritura, ou seja, toda a Escritura é a lei. Isto está evidente no verso 19, onde fala dos “entolés”, mandamentos menores. Estes mandamentos menores fazem parte de outras leis e instruções e não da lei moral.

Nesta declaração temos um ponto importante para considerar e compreender o que Jesus está dizendo. Lembrando que na discussão com o perito da lei, Jesus deixou claro que “nómos”, é a “torah” toda: o Pentateuco ou, toda a Escritura existente. A lei dos Dez Mandamentos, Ele definiu com a palavra “entolé”, mandamento.

Em Mateus cinco, Jesus declara que não veio suprimir a lei, “nómon”, para logo a seguir declarar que qualquer um que desobedecer a um desses mandamentos, “entolon”, ainda que dos menores. [...] E, aquele que os praticar e ensinar [...].

Para o mestre da lei, Jesus declarou que a lei moral é a lei maior, mais importante. Em Mateus cinco, declara que existem mandamentos menores, menos importantes. Quais seriam estes mandamentos, ou leis menores?

Jesus enfatiza que aqueles que desobedecem a um desses mandamentos por menor que seja, ensinando outros a fazer o mesmo, será o menor no Reino dos céus. Porém, quem obedecer e ensinar de maneira correta estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus.

Lembrando do ensinamento de Jesus de que a lei moral, os Dez Mandamentos, é a lei maior (Mc 12:31), e que todos as outras leis, instruções e ensinos gravitam em torno dela (Mt 22:40), concluímos que as leis, ou os mandamentos menores, são as leis cerimoniais, sacerdotais, de saúde, civis, de casamento e todas as outras instruções que formam a totalidade dos ensinamentos espirituais das Escrituras.

Outra questão muito importante para a compreensão dos argumentos de Jesus e dos escritores do Novo Testamento: qual era o seu público alvo? Era o público imediato ou os cristãos do século XXI? Não é incomum, estudiosos da Escritura, analisar as declarações de Jesus e os escritos do Novo Testamento, como dirigidos em primeira instância para os cristãos do século XXI. E naturalmente a interpretação gera equívocos.

**Nem um i ou um til omitido no cumprimento de Sua missão.** Avaliemos com mais atenção a declaração de Jesus nas palavras proferidas: *“Não penseis que vim suprimir a Lei ou os profetas”* (Mt 5:17, TEB). A que lei e ato de revogação ou cumprimento, Jesus se referiu?

Para os discípulos no caminho de Emaus, *“a seguir, Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda com vocês: era necessário que se cumprisse tudo o que está escrito a respeito de mim na Lei (nomu) de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras”* (Lc 24:44, 45, NAA).

Evocando a lei “nómos”, de Moisés, o Pentateuco, os Profetas e os Salmos, Jesus declarou que tudo o que estava escrito a respeito de Sua missão para a realização do plano da salvação, se cumpriu nÊle. Não falou no cumprimento da lei moral, *“entolé”,* como norma de conduta, mas no cumprimento da *“nómos”,* toda a Escritura, revelando a Sua missão para realizar o plano da redenção.

Pode se dizer que Jesus lembrou para os dois discípulos a declaração feita no sermão da montanha, registrada em Mateus 5, quando declarou que não veio revogar a lei, “nómos” ou os *“profetas”,* mas que veio para cumprir. Naquela oportunidade, no início do Seu ministério, Jesus esboçou a Sua missão, fundamentada na “torah”, “nómos”, o Pentateuco, trazendo em seu conteúdo toda a legislação israelita, envolvendo a lei moral, a lei cerimonial, a lei sacerdotal e a lei civil, e, toda esta legislação estava relacionada com os serviços do santuário, tipificando a Sua missão neste mundo, para a realização do plano da redenção. Referiu-se também ao cumprimento de tudo o que os profetas predisseram a Seu respeito e o plano da salvação, no restante da Escritura de Seu tempo. Portanto, encontramos aqui o primeiro e o mais importante foco das declarações de Jesus: Ele veio para cumprir tudo o que a respeito dEle está escrito na lei, “nómos”, o Pentateuco e os profetas, o restante da Escritura, para realizar o plano da redenção. Nada, do que estava tipificado nos serviços do santuário e escrito nos profetas a respeito da Sua missão para salvar o pecador, poderia ser revogado.

O evangelista Lucas relata declaração de Jesus semelhante à de Mateus, que tem sido motivo para muitos comentários. *“A Lei (nómos) e os Profetas profetizaram até João. Desse tempo em diante estão sendo pregadas as boas novas do reino de Deus. [...] É mais fácil os céus e a terra desaparecerem do que cair da Lei, (nómon), o menor traço”* (Lc 16:16, 17, NVI).

Observe-se que Jesus está se referindo à lei ‘nómos’ o Pentateuco e os profetas, significando todo o ritual do santuário e toda a Escritura do Antigo Testamento. Jesus torna claro que tudo o que o Pentateuco, o ritual do santuário e os Profetas ensinam sobre o plano da salvação se concentra na realidade de Sua presença, como as boas novas, o evangelho em Pessoa, para dar cumprimento a tudo o que a lei ‘nómos’ tipicamente determinava e os profetas predisseram. Para então, selar a declaração: *“desse tempo em diante”,* tudo o que está determinado pela lei ‘nómos’, envolvendo toda a Escritura, a lei e os profetas, terá cumprimento irrevogável em Sua pessoa e Sua missão, pela pregação das “*boas novas do reino de Deus”.*

Tudo isso Jesus declarou em primeira instância para os Seus ouvintes durante o sermão do Monte. Apresentou-se como o verdadeiro Messias, tipificado nos rituais do santuário e anunciado nas predições proféticas; confirmado por Seu nascimento como o *“Descendente da mulher”,* e que seria ratificado com a Sua morte Substituta como o verdadeiro Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo, tipificado nos cordeiros substitutos sacrificados nos rituais do santuário. Ele veio em cumprimento de toda a Escritura e, portanto, nenhum ponto do i de tudo o que estava escrito a Seu respeito, seria omitido. Jesus não centralizou o Seu argumento na Sua obediência à lei moral, “entolé”, mas no cumprimento da Sua missão como o Salvador, determinada pela lei, “nómos”, o Pentateuco em todos os seus ensinos e tipificado nos símbolos do santuário, e predito pelos profetas.

Sim, Jesus veio para cumprir a lei moral, obedecendo a tudo o que ela determina; mas veio definidamente com a missão para cumprir a sentença de condenação contra o homem culpado, como o Substituto inocente; cumprir assim, com a Sua morte Substituta, tudo o que estava tipificado nas cerimônias e símbolos da lei cerimonial: graça, perdão, justificação, reconciliação e salvação; veio para cumprir o julgamento injusto, com base na lei civil, ser declarado justo e inocente, mas condenado, para morrer em favor dos culpados; também com a Sua morte e ressurreição, veio para cumprir a promessa de Deus de torná-Lo sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque.

Ele é o verdadeiro Cordeiro designado por Deus para ser oferecido em sacrifício como o único Substituto, pagando o resgate e cancelando a culpa do homem pecador. Ele é o Único e verdadeiro sumo-sacerdote feito por Deus, segundo a ordem de Melquisedeque, como o único que pode ministrar o real e perfeito sacrifício em favor do culpado transgressor da lei moral. Ele é o único que, morrendo a morte dos culpados, deu cumprimento à justiça divina da lei moral, que determinava a morte do transgressor. Ele é o único que viveu a justiça da lei moral, morreu, cumprindo a justiça e oferece a justiça, por graça, que está tipificada na lei cerimonial, para todos os culpados e condenados à morte, pela lei moral; Ele é o único que pode dizer: *“Não vim suprimir a lei moral, a lei das cerimônias, a lei sacerdotal e as leis civis, mas cumpri-las em todos os seus detalhes como determina o modelo do santuário celestial. Vim para cumprir tudo o que os profetas predisseram a Meu respeito”.*

A palavra grega, “plerousai”, permite a tradução, *estabelecer totalmente, ou definitivamente.* Foi para isso que Jesus veio, para realizar, cumprir, estabelecendo de maneira completa e definitiva tudo o que era ensinado tipicamente pelos símbolos e cerimônias do santuário, e fundamentado em tudo o que os profetas disseram a respeito da Sua missão para ratificar o ato da redenção. Porque *“a Lei (nómos) traz apenas uma sombra dos benefícios que hão de vir, e não a sua realidade. [...] Então acrescentou; ‘Aqui estou: vim para fazer a tua vontade’. Ele cancela o primeiro para estabelecer o segundo. Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas”* (Hb 10:1, 9 e 10, NVI).

**O plano da redenção e “nómos”, a lei.** O plano da salvação somente poderia tornar-se realidade com o cumprimento de todas as determinações da lei, “nómos”, o Pentateuco com os seus tipos e todas as predições dos profetas. Portanto, inclui a lei moral, a lei cerimonial, a lei sacerdotal, as leis civis e tudo o que os profetas predisseram a Seu respeito. Todo o ritual do santuário tipificava todos os aspectos do plano da salvação, envolvidos no cumprimento da sentença de condenação da lei moral, na graça típica revelada pela lei cerimonial, no estabelecimento do sacerdócio superior de Jesus e na Sua condenação totalmente injusta e mentirosa com base na lei civil. Nenhum detalhe, por menor que fosse, podia ser omitido na vida e morte vicária de Jesus. Tudo o que estava tipificado e predito, foi cumprido. Se assim não fosse, o ritual do santuário teria sido uma imensa farsa, como o são todos os ritos e cerimonias do paganismo.

Quando no horto do Getsêmani, sob o peso da agonia da segunda morte, Jesus orou ao Pai: *“Meu Pai, se for possível, afasta de mim este cálice; contudo, não seja como Eu quero, mas sim como tu queres”* (Mt 26:39, NVI). Ele estava para cumprir o último rito típico do santuário, a morte do cordeiro inocente, substituto, expiando a culpa do pecador transgressor e ofensor.

Não era possível afastar o cálice. Tudo o que estava tipificado teria de ser cumprido. Nenhum ponto do i podia ser omitido. E assim aconteceu.

**A importância do cumprimento das leis civis.** Da agonia do Getsêmani, Jesus foi conduzido para Jerusalém, preso por determinação das leis civis judaicas e romanas, e pelas leis civis romanas, *“foi condenado num julgamento injusto e mentiroso; entre o seu povo ninguém foi capaz de imaginar porque ele foi morto – o castigo dos pecados deles! Morreu como um criminoso”* (Is 53:8, 9, BV).

Este detalhe do julgamento de Jesus, certamente foi a questão decisiva atuando sobre as convicções dos anjos não caídos e dos habitantes de outros mundos. Satanás acusara a Deus de que Suas leis não eram justas nem amorosas. A paciência e a tolerância de Deus foram contrastadas com o ódio e a crueldade de Satanás. Enquanto Deus aguarda a revelação de toda a justiça na condenação de Satanás, este revelou toda a sua malignidade em um julgamento apressado, *“injusto e mentiroso”,* reconhecido como tal, por aqueles que conduziram e executaram a Sua condenação.

Para a perfeita e cabal vindicação do caráter de Deus, em face da acusação infundada de Satanás, o cumprimento deste ponto do i da lei civil não podia ser suprimido.